

“ELE NÃO É DE DEUS”: O CASO DE JOÃO DE DEUS SOB A LUZ FILOSÓFICA

“He is not of God”: the case of João de Deus in philosophical light

Lucas Matheus Araújo Bicalho
Universidade Estadual de Montes Claros

Stefany Reis Marquioli
Universidade Estadual de Montes Claros

Luís Fernando de Souza Alves
Universidad de Jaén

Guilherme Carvalho Vieira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ioli Ferreira Santiago
Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar como o conceito de *banalidade do mal*, formulado por Hannah Arendt (1999), se manifestou nas práticas cotidianas dos cidadãos em Abadiânia, Goiás, explorando os processos de cumplicidade e omissão relacionados aos crimes e comportamentos de João de Deus. A pesquisa, baseada em revisão de literatura, a partir do conceito da *banalidade do mal*, revela que as práticas abusivas de João de Deus foram facilitadas por uma estrutura de poder e uma cultura de obediência, em que as vítimas não questionavam as ações do líder espiritual. O estudo destaca a importância de questionar a autoridade em ambientes religiosos e outras relações assimétricas de poder, para prevenir a repetição de abusos.

Palavras-chave: Banalidade do mal; João de Deus; Microfísica do poder.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the concept of the *banality of evil*, formulated by Hannah Arendt (1999), manifested itself in the everyday practices of citizens in Abadiânia, Goiás, exploring the processes of complicity and omission related to the crimes and behaviors of João de Deus. The research, based on a literature review and the concept of the banality of evil, reveals that João de Deus' abusive practices were facilitated by a power structure and a culture of obedience, where the victims did not question the spiritual leader's actions. The study highlights the importance of questioning authority in religious environments and other asymmetrical power relations to prevent the repetition of abuse.

Keywords: Banality of evil; João de Deus; Microphysics of power.

INTRODUÇÃO

Buscava alívio para minhas dores, acreditando na promessa de cura espiritual. Inicialmente, fui recebida com palavras acolhedoras, gestos de suposta compaixão e uma atmosfera de confiança. No entanto, esse ambiente rapidamente se transformou. A abordagem antes gentil tornou-se invasiva, e o que deveria ser um momento de auxílio converteu-se em um episódio de violência. O medo e a perplexidade me imobilizaram; não havia espaço para resistência diante da figura de autoridade que ele representava.

O que eu poderia fazer? Levar a público um relato e iriam acreditar em quem, em mim ou nele que ‘salva’ tantas pessoas? Que provas eu teria para provar que ele abusou de mim? Se até meus pais acreditavam nele? Quem iria sustentar minha decisão? Ele não é de Deus (Relato da vítima).

É a partir desse testemunho que se inicia o presente estudo de caso. À primeira vista, a denúncia de um agressor pode ser percebida como um ato simples ou imediato; no entanto, essa leitura desconsidera a complexidade das relações sociais que atravessam a experiência da violência. O medo não se constitui apenas como um sentimento individual, mas como uma construção social sustentada por estruturas que silenciam, desacreditam e culpabilizam a vítima (Bicalho, 2025). O silêncio, neste e entre tantos outros casos, não é fruto de passividade, mas resultado de um processo de imposição simbólica, no qual a vergonha, a desconfiança institucional e o julgamento social se estruturam como mecanismos de contenção da palavra.

Conforme problematiza Saffioti (2004), a violência contra as mulheres está enraizada em uma ordem patriarcal que naturaliza a dominação masculina e transforma a dor feminina em algo passível de descrédito. Ao romper o silêncio, a mulher confronta não só o agressor, mas um sistema que insiste em negar legitimidade à sua experiência (Bicalho; Reis, 2024). Assim, a violência se perpetua para além do ato físico, reproduzindo-se na omissão social e na cumplicidade estrutural que sustenta as desigualdades de gênero.

Todos os dias, surgem notícias sobre abusos sexuais cometidos contra crianças, jovens e mulheres vulneráveis – pessoas que, confiantes na figura de líderes religiosos, jamais imaginariam ser traídas de forma tão brutal. Aqueles que deveriam representar moralidade e integridade transformaram essa confiança em instrumento de violência, perpetuando abusos tanto dentro quanto fora dos espaços sagrados. Por décadas, muitos desses crimes foram silenciados, encobertos por conivência, medo e poder. No entanto, este artigo traz um enfoque diferente: aqui, as vítimas foram ouvidas e o agressor, finalmente, denunciado e julgado por seus atos, rompendo o ciclo de impunidade que por tanto tempo calou vozes e encobriu verdades.

Esse agressor, conhecido mundialmente como João de Deus, nome artístico de João Teixeira de Faria, é um ex-médium brasileiro, amplamente conhecido por suas práticas espirituais, que atraíam milhares

de pessoas no Brasil e no exterior. Ele se apresentava como curandeiro e promovia sessões espirituais no município de Abadiânia, Goiás, onde alegava ser capaz de realizar curas milagrosas por meio de intervenções espirituais e cirurgias “espirituais”. Ao longo dos anos, tornou-se uma figura pública renomada, recebendo celebridades e pessoas em busca de alívio para doenças físicas e psicológicas (Fibe, 2021).

No entanto, em dezembro de 2018, diversas acusações de abuso sexual contra João de Deus eclodiram após investigações jornalísticas e relatos de mulheres que afirmaram ter sido vítimas do médium. Elas relataram ter sido abusadas sexualmente durante as chamadas sessões espirituais, nas quais buscavam tratamento e cura para seus problemas. As denúncias revelaram que, além de manipular a fé e a vulnerabilidade emocional das vítimas, João de Deus utilizava sua posição de poder para cometer os abusos, com um *modus operandi* claramente predatório.

Em razão dessas acusações, ele foi investigado, preso e, posteriormente, julgado por diversos crimes de abuso sexual. As vítimas, finalmente, conseguiram ser ouvidas, e o caso evidenciou a gravidade da exploração sexual em contextos de autoridade religiosa, em que a confiança é frequentemente manipulada para fins pessoais. A repercussão do caso causou indignação nacional e internacional, refletindo sobre os abusos cometidos por líderes espirituais e as estruturas de poder que frequentemente protegem tais figuras, perpetuando o silêncio e a impunidade.

Após a exibição do programa, uma onda de coragem se espalhou. Outras vítimas, encorajadas pela solidariedade de outras mulheres, pela repercussão intensa do caso e pela força das reportagens que evidenciaram a voz daquelas que haviam sofrido em silêncio, decidiram se manifestar. Estima-se que cerca de 300 mulheres, brasileiras e estrangeiras, romperam o silêncio e vieram a público para denunciar formalmente o médium pelas práticas abusivas (Silva, 2024). Esse movimento de denúncias não só expôs os crimes de João de Deus, mas também acendeu uma chama de resistência e visibilidade para aquelas que, por tanto tempo, foram silenciadas e ignoradas. A solidariedade e o apoio coletivo tornaram-se pilares fundamentais para que essas mulheres pudessem finalmente encontrar justiça (Silva, 2024; Bicalho *et al.*, 2024).

No âmbito televisivo, a cobertura do caso João de Deus assumiu proporções imensas, com incontáveis horas de produção telejornalística dedicadas a esse tema, que, sem dúvida, tornou-se o centro das atenções em todos os meios de comunicação do Brasil. Diversos programas de auditório, entrevistas e reportagens nos jornais e em canais de televisão deram espaço, de forma contínua, ao escândalo, por vezes colocando o médium frente a frente com familiares e amigos das vítimas, em um esforço por ampliar a profundidade das acusações (Silva, 2022, 2024). O caso, então, ganhou uma magnitude que se estendeu por dias nos noticiários, com destaque para o *Fantástico*, da *Rede Globo*, que assumiu a missão de expor as denúncias e revelar, em detalhes, os múltiplos aspectos dos crimes cometidos pelo homem que, à época, era visto por muitos como um líder espiritual.

A cada reportagem, as camadas de manipulação e abuso de poder foram desveladas, e a figura do médium, antes reverenciada, passou a ser desnudada como símbolo de uma tragédia humana e moral. Sendo assim, o impacto foi tão grande que, ao longo dessa cobertura intensa, a mídia não só narrou um caso de abuso, mas também protagonizou a denúncia de uma estrutura que, por tanto tempo, perpetuou o silêncio e a impunidade (Caetano; Mota; Lima, 2021).

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar como o conceito de *banalidade do mal*, formulado por Hannah Arendt (1999), se manifestou nas práticas cotidianas dos cidadãos de Abadiânia, Goiás, ao explorar os processos de cumplicidade e omissão que se entrelaçaram aos crimes e comportamentos de João de Deus. A pesquisa visa compreender como, em um ambiente impregnado por autoridade e fé, ações abusivas podem ser naturalizadas, e como o comportamento coletivo, muitas vezes impulsionado pela obediência ou pela confiança cega, contribuiu para a perpetuação das práticas predatórias do acusado. Ao investigar esses fenômenos, busca-se desvendar como a normalização do mal se dá, muitas vezes de forma insidiosa, em uma comunidade que, ao se curvar à autoridade de uma figura religiosa, silenciou-se diante de evidências de abuso e negligenciou o dever de questionar e denunciar (Góis, 2024).

A relevância e a justificativa deste trabalho fundamentam-se na necessidade de compreender como a violência sexual pode se perpetuar por longos períodos quando sustentada por estruturas sociais e simbólicas que naturalizam o abuso e silenciam as vítimas. A análise do caso João de Deus, a luz do conceito de *banalidade do mal*, torna possível evidenciar como práticas violentas não se apresentam, necessariamente, como atos excepcionais, mas se manifestam de forma ordinária, amparadas pela obediência, pela fé irrestrita e pela suspensão do pensamento crítico diante de figuras investidas de autoridade moral e religiosa.

Nesse contexto, a omissão coletiva, a convivência institucional e a legitimação social do agressor contribuíram para a manutenção de um ciclo de violência e impunidade. Assim, este estudo apresenta relevância acadêmica e social ao desvelar os mecanismos que tornam possível a normalização do mal, ampliando reflexões sobre responsabilidade coletiva, ética social e enfrentamento da violência sexual em contextos marcados por poder simbólico e crença.

A partir dessa teoria, é possível investigar como mecanismos de normalização e justificação de comportamentos abusivos se instauram e se sustentam, muitas vezes sem que os(as) envolvidos(as) tenham plena consciência da gravidade de suas ações. Dessa maneira, a análise oferece uma contribuição valiosa para entender as dinâmicas que possibilitam a continuidade de abusos, mesmo em contextos em que a moralidade e a ética deveriam ser pilares fundamentais. Ao iluminar essas questões, busca-se desvelar o papel da sociedade em tornar o que é inaceitável em algo aceitável e como o mal se torna banal por ser inconscientemente integrado à rotina de todos.

Percursos teóricos metodológicos: caminhos percorridos

O presente estudo configura-se como uma pesquisa básica, uma vez que seu propósito é “gerar novos conhecimentos para o avanço da ciência”, sem necessariamente ter uma aplicação prática imediata (Silva; Menezes, 2005, p. 20). Para sua realização, adotou-se uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico realizado em bases de dados como *SciELO*, *Google Acadêmico* e a *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações* (BDTD), além da consulta a capítulos de livros, coletâneas e artigos que discutem a temática em questão.

Diante desse contexto, buscamos analisar o caso de João de Deus a partir do conceito de *banalidade do mal*, desenvolvido pela filósofa política Hannah Arendt (1999), em sua obra *Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal*. Esse conceito emergiu a partir da análise de Arendt sobre o julgamento de Adolf Eichmann, um dos principais responsáveis pela organização do Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), capturado e julgado em Jerusalém em 1961. A filósofa ficou impressionada com a aparente normalidade de Eichmann, que não se apresentava como um monstro ou psicopata, mas como um burocrata comum, um indivíduo que simplesmente cumpria ordens sem refletir criticamente sobre as consequências de suas ações (Arendt, 1999; Alves, 2024; Alves; Rezende; Pereira, 2025). De maneira análoga, João de Deus não se enxergava como um agressor sexual, mas como um sujeito inserido em um sistema que naturalizava seus atos, sustentado por uma estrutura de poder e autoridade espiritual que contribuía para a normalização de suas condutas (Alves; Lobão Jr.; Athayde, 2024).

Para aprofundar a compreensão do caso, recorreremos à abordagem da microfísica do poder, elaborada pelo filósofo francês Michel Foucault (1979), para analisar como as relações de poder foram fomentadas e estruturadas em Abadiânia. Essa perspectiva permite investigar os mecanismos sutis e dispersos por meio dos quais o poder se manifesta nas dinâmicas sociais, compreendendo de que maneira a autoridade de João de Deus foi construída e legitimada dentro desse contexto.

Compreender as dinâmicas de poder no caso de João de Deus permite evidenciar os mecanismos que sustentam a perpetuação de abusos, especialmente aqueles de natureza religiosa, contra indivíduos que depositam sua confiança em figuras de autoridade espiritual. Esse caso emblemático revela como a confiança irrestrita em líderes religiosos pode ser manipulada para a obtenção de poder e controle, resultando em violências físicas, emocionais e psicológicas contra os mais vulneráveis. Além disso, destaca a importância de questionar e desnaturalizar práticas abusivas que, longe de serem episódios isolados, integram uma estrutura maior que possibilita a reprodução desse padrão em diferentes contextos (Góis, 2024).

Cura e Crime: o Caso de João de “Deus”

Antes de avançar na análise das práticas violentas atribuídas ao médium brasileiro João de Deus, impõe-se um retorno atento ao cenário em que sua história se construiu. É preciso compreender o percurso que

o levou à condição de liderança espiritual, os rituais que lhe conferiram prestígio e a aura de legitimidade que, ao longo dos anos, envolveu suas atividades. Somente ao percorrer essa trajetória torna-se possível vislumbrar como a fé, a esperança e a vulnerabilidade de tantos indivíduos foram entrelaçadas a relações assimétricas de poder, produzindo impactos profundos e duradouros na vida de inúmeras pessoas. Esse olhar retrospectivo não somente contextualiza os acontecimentos, mas também revela os fios invisíveis que sustentaram a autoridade do médium e permitiram que abusos se perpetuassem à sombra da crença e do silêncio.

João Teixeira de Faria, mais conhecido como João de Deus, foi um dos médiuns mais famosos do Brasil, reconhecido por suas alegadas curas espirituais. Sua trajetória começou nas décadas de 1970 e 1980, quando começou a atrair pessoas para sua casa em Abadiânia, Goiás, onde fundou a Casa de Dom Inácio de Loyola (Silva, 2020). O local rapidamente se transformou em um centro espiritual de grande repercussão, com João de Deus realizando supostas curas e milagres, frequentemente com o auxílio de entidades espirituais, como o próprio Dom Inácio de Loyola. A fama de suas práticas atraiu fiéis de todo o Brasil e do exterior, consolidando sua figura como um líder espiritual de grande influência.

João de Deus começou suas atividades de cura de maneira discreta, oferecendo sessões de “tratamento espiritual” às pessoas em busca de ajuda para problemas de saúde ou questões emocionais, especialmente aqueles considerados incuráveis pela medicina convencional. Ele se apresentava como um intermediário entre os(as) pacientes e as entidades espirituais, que se manifestavam por meio dele, orientando-o nos processos de cura. Com o tempo, suas práticas ganharam notoriedade, atraindo um número crescente de fiéis que buscavam soluções para suas doenças e dificuldades, o que contribuiu para o fortalecimento de sua imagem como um poderoso médium.

Rapidamente, sua fama se expandiu e, à medida que os relatos de pessoas supostamente curadas se multiplicavam, a Casa de Dom Inácio de Loyola passou a atrair um número cada vez maior de visitantes, vindos de diferentes regiões do Brasil e do exterior. As chamadas curas eram frequentemente descritas como milagrosas e envolviam procedimentos como cirurgias espirituais, passes energéticos e outras formas de intervenção atribuídas à atuação de entidades espirituais. Segundo João de Deus, tais práticas dispensavam o uso de instrumentos médicos ou procedimentos clínicos convencionais, uma vez que os tratamentos ocorreriam exclusivamente no plano espiritual, reforçando a crença de que a cura transcendia os limites da medicina tradicional e se ancorava na fé e na espiritualidade dos(as) pacientes (Netflix, 2021).

A Casa de Dom Inácio começou a crescer, atraindo pessoas de diversas partes do mundo. João de Deus teve a oportunidade de ser entrevistado por programas de televisão e documentários, e sua história foi destaque em produções internacionais (Globo, 2018), incluindo uma matéria no *New York Times*. A mídia o retratou como um “médium curador”, e sua casa transformou-se em um destino de turismo espiritual, recebendo

pessoas de todo o Brasil e do exterior, todas em busca das curas milagrosas realizadas pelas mãos de João de “Deus”¹.

Durante as visitas frequentes, João de Deus oferecia tratamentos gratuitos, embora os pacientes precisassem arcar com as despesas de passagens, hospedagem e outros custos relacionados à viagem até Abadiânia. A Casa de Dom Inácio se consolidou como um verdadeiro refúgio espiritual, um espaço onde o acolhimento e a energia transformadora envolvem aqueles que buscam paz interior. Seu ambiente, marcado pela serenidade, conquistou pessoas de todas as partes do mundo, tornando-se um lugar de cura e renovação espiritual. Os(as) pacientes relatavam experiências profundas, frequentemente descritas como “transformadoras” e “emocionantes”, como se, ao adentrar aquele espaço, algo dentro deles mudasse de forma permanente. Para muitos(as), João de Deus não era apenas um médium, mas a última esperança, especialmente para aqueles que, após esgotarem todas as alternativas da medicina tradicional, buscavam uma cura além do físico.

Apesar de toda a sua fama e do grande número de pacientes que buscavam suas curas, a Casa de Dom Inácio viu seu prestígio desmoronar no final de 2018, quando João de Deus foi acusado de abuso sexual por várias mulheres. Relatos chocantes de agressões ocorridas durante as sessões de “tratamento espiritual” começaram a emergir, com muitas vítimas afirmando que o médium havia explorado a confiança que elas depositavam nele para cometer abusos sexuais. À medida que as denúncias se multiplicavam, a mídia aprofundou a investigação sobre as práticas de João de Deus, desmascarando manipulações e abusos cometidos sob o disfarce de um “médium curador” benevolente (Bicalho *et al.*, 2024). O escândalo rapidamente ganhou proporções internacionais, com diversas vítimas corajosas quebrando o silêncio para expor os abusos cometidos por aquele que, até então, era considerado um líder espiritual respeitado (Saraiva, 2020).

Nesse contexto, João de Deus foi preso no dia 16 de dezembro de 2018, após ser investigado por crimes sexuais em decorrência das denúncias de mais de 500 mulheres. Seu caso tornou-se o maior escândalo sexual da história recente do Brasil. As alegações de abuso remontam à década de 1980, estendendo-se até outubro de 2018. Desde janeiro de 2019, João de Deus responde pelos crimes de estupro, estupro de vulnerável e violação sexual, entre outros (Saraiva, 2020). Até março de 2020, ele foi condenado a 63 anos de prisão em regime fechado por nove casos julgados, enquanto 41 vítimas ainda aguardam julgamento.

Em março de 2020, João de Deus já havia sido condenado em três processos distintos. O primeiro, proferido em novembro de 2019, tratou da posse ilegal de arma de fogo, com pena de quatro anos em regime semiaberto (Saraiva, 2020). O segundo, em dezembro de 2019, envolveu dois casos de estupro de vulnerável e dois de violação sexual mediante fraude, resultando em uma pena de 19 anos e quatro meses. A terceira condenação, em janeiro de 2020, referiu-se a estupros cometidos contra

¹ Entre as figuras públicas que buscaram seus serviços, destacam-se nomes como Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Xuxa Meneghel, Naomi Campbell, Hugo Chávez e Marina Abramovic.

cinco mulheres, com pena de 40 anos. No total, as condenações somam 63 anos e quatro meses, embora ainda não tenham transitado em julgado, pois todos os processos estão em fase de recurso no Tribunal de Justiça de Goiás. Além disso, permanecem aguardando julgamento outros dez processos, que envolvem mais 41 vítimas (Saraiva, 2020).

Uma análise filosófica: a *banalidade do mal* e a *microfísica do poder* no caso de João de “Deus”

Costuma-se dizer que a história não se repete; no entanto, no Brasil, ela frequentemente retorna, atualizando velhas estruturas sob novas formas. Passadas seis décadas do golpe civil-militar de 1964, mudam-se os cenários políticos, mas persistem marcas profundas de um país forjado na desigualdade, na exclusão e na naturalização da violência. Vivemos tempos de instabilidade que ecoam outros momentos sombrios de nossa trajetória histórica, nos quais crises econômicas recorrentes, a precarização do trabalho e o aprofundamento das desigualdades revelam a fragilidade de nossos pactos sociais. A violência, tanto física quanto simbólica, atravessa o cotidiano brasileiro e se manifesta não apenas nos corpos, mas também nas instituições e nos discursos que banalizam o sofrimento. Mais inquietante do que a violência explícita é o medo difuso que se instala, corroendo a confiança coletiva e transformando as relações sociais em espaços de suspeita. Nesse contexto, a desconfiança se impõe como herança e prática, erguendo muros invisíveis que isolam indivíduos(as) e expõem a persistência de um passado que insiste em não passar.

É nesse cenário de incertezas que surge uma pergunta crucial: como o mal se manifesta em tempos tão conturbados? Para explorar essa dinâmica, recorreremos à teoria de Hannah Arendt sobre a *banalidade do mal*, como ponto de partida, para analisar os aspectos complexos do caso João de Deus e suas implicações para a sociedade. A partir dessa perspectiva, buscamos entender como a normalização de práticas malignas pode ocorrer em um contexto de aparente normalidade, especialmente quando o poder e a confiança são distorcidos.

A obra *Eichmann em Jerusalém* registra o julgamento de Adolf Eichmann, ocorrido em Jerusalém, em 1961. Publicado inicialmente na década de 1960, o livro causou ampla controvérsia, especialmente no mundo anglófono, alimentando debates acalorados e controvérsias em torno da análise proposta por Hannah Arendt (Assy, 2001). A partir das observações feitas durante o julgamento, Arendt formulou a tese de que o mal não se apresenta necessariamente de maneira monstruosa ou excepcional, mas pode surgir de ações realizadas por indivíduos comuns, aparentemente normais, que atuam de maneira mecânica, sem reflexão crítica ou plena consciência das consequências de seus atos. Essa perspectiva desafiadora reconfigura a tradicional concepção do mal, sugerindo que ele pode se infiltrar nas práticas cotidianas, sendo perpetrado por aqueles que, sem um exame moral profundo, simplesmente seguem ordens ou aderem a normas sociais sem questioná-las.

Diante disso, Hannah Arendt (1999) desenvolveu o conceito de *banalidade do mal*, referindo-se ao processo pelo qual Adolf Eichmann,

longe de ser um ser humano diabólico, se revelou como um burocrata medíocre, que apenas seguia ordens sociais sem questioná-las e demonstrava uma total ausência de reflexão moral. A autora argumentou que Eichmann agiu de maneira “banal” justamente porque não se deteve a ponderar as consequências de suas ações, nem buscou compreender a magnitude da destruição que estava promovendo. Para ele, as atrocidades que facilitava eram apenas parte do cumprimento de seu dever, sem qualquer envolvimento pessoal. Este comportamento expôs de forma contundente como o mal pode ser perpetuado por meio de uma obediência irrefletida, em que a ausência de reflexão crítica permite que atos monstruosos sejam realizados sem que os agentes reconheçam a natureza de suas ações.

Logo após a publicação das observações de Hannah Arendt, o conceito de *banalidade do mal* suscitou intensos debates. Arendt não estava sugerindo que o mal seja algo comum ou trivial, mas sim que ele pode ser desenvolvido e disseminado por cidadãos comuns que, ao não questionarem a moralidade de suas ações, acabam permitindo sua perpetuação. Nesse sentido, Arendt (1999) aponta que a *banalidade do mal* reside na ausência de reflexão crítica e na desumanização. O mal se banaliza quando os indivíduos deixam de avaliar criticamente seus comportamentos, ignorando os efeitos e as consequências de suas ações, e se tornam, assim, peças de um sistema que os isenta de responsabilidades morais e, muitas vezes, até judiciais (Andrade, 2010). Esse fenômeno, segundo Arendt, revela como a falta de questionamento e a adesão cega às normas sociais podem permitir a perpetuação de atrocidades sem que seus executores se percebam como responsáveis por elas.

O caso de João de Deus, um médium brasileiro acusado de abuso sexual e outros crimes, é um exemplo revelador para compreendermos como abusos podem ser cometidos e, em certos contextos, naturalizados. Este caso ilustra como o mal pode ser perpetuado por alguém que, em sua própria perspectiva, não se enxerga como um “monstro”, mas como uma pessoa que justifica suas ações, frequentemente disfarçadas sob a fachada de “bondade” ou “cura”. João de Deus, assim como outros em posições de poder, não se reconheceu como transgressor, mas sim como alguém que, ao agir em nome de uma missão divina, acredita estar acima de qualquer julgamento moral.

Essa dinâmica dialoga diretamente com o conceito de *banalidade do mal*, formulado por Hannah Arendt (1999), segundo o qual a violência não precisa ser praticada por sujeitos excepcionalmente perversos, mas pode emergir de sistemas de crenças e práticas que suspendem o pensamento crítico e a responsabilidade ética. No caso em questão, os atos de violência tornaram-se parte de uma rotina legitimada pela fé, pela obediência e pela aceitação social, desconsiderando sistematicamente as vítimas e normalizando a exploração. Assim, o mal deixa de ser percebido como ruptura ou exceção e passa a integrar o funcionamento cotidiano de um sistema que, ao se apoiar em justificativas morais e espirituais, invisibiliza o sofrimento e perpetua a violência.

João de Deus atendia diariamente milhares de pessoas que acreditavam, de forma cega, em seus supostos poderes de cura e na

realização de milagres. Contudo, após uma série de denúncias e investigações, ele foi acusado de abusar sexualmente de mulheres que o procuravam em busca de ajuda espiritual, revelando um lado sombrio por trás da imagem de benevolência que ele cuidadosamente projetava. Esse contraste entre a imagem pública de curador e as alegações de abusos expôs a fragilidade das fronteiras entre fé e manipulação, mostrando como figuras de autoridade espiritual podem, em contextos de grande vulnerabilidade, explorar a confiança depositada nelas para fins pessoais e criminosos.

Sob a ótica da teoria da *banalidade do mal* de Hannah Arendt (1999), o caso de João de Deus pode ser analisado de forma profunda e esclarecedora. Embora ciente de suas ações, ele acreditava que suas práticas poderiam ser justificadas pela sua suposta missão espiritual, disfarçando os abusos como parte de um processo de cura. A mídia, por sua vez, não havia reconhecido a magnitude desses abusos, pois até aquele momento não haviam surgido denúncias públicas sobre as práticas do médium.

Por outro lado, a sociedade de Abadiânia, embora ciente dos comportamentos inadequados e abusivos de João de “Deus”, optou por manter o silêncio, temerosa de se manifestar. Isso se deu em função do poder e da influência que o médium exercia sobre a cidade e até sobre o Brasil, além de sua contribuição significativa para o turismo local, que gerava lucros consideráveis para os comerciantes da região. O medo e o interesse financeiro criaram um ambiente de conformismo, onde as vítimas foram silenciadas e a injustiça perpetuada. Nesse contexto, a banalidade do mal se manifestou, pois os abusos foram minimizados ou ignorados pela sociedade, que, movida por interesses diversos, permitiu que o ciclo de violência continuasse sem questionamento. Esse cenário exemplifica como, muitas vezes, o mal é tolerado ou até mesmo naturalizado quando o poder e os interesses econômicos se sobrepõem à ética e à justiça.

A relação de abuso de poder no caso de João de Deus pode ser analisada da ausência de reflexão crítica sobre as consequências de suas ações, aspecto central na teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt (1999). Para Arendt, o mal pode se manifestar não por meio de uma intenção monstruosa, mas pela incapacidade de pensar eticamente e reconhecer o impacto dos próprios atos sobre o outro. Nesse sentido, João de Deus construiu uma narrativa de missão espiritual que lhe permitia dissociar seus procedimentos do sofrimento infligido às vítimas, reduzindo a violência a um ato “legítimo” dentro de uma lógica de cura. A comparação com Eichmann é útil apenas na medida em que ambos exemplificam a suspensão do julgamento moral: enquanto o burocrata nazista se via como mero executor de ordens, o médium se percebia como instrumento de uma ordem superior, cuja autoridade anulava a responsabilidade individual. Esse processo não se esgota no indivíduo, mas se estende ao contexto social e institucional que o protegeu, na medida em que a fé, a confiança e a omissão coletiva colaboraram para a normalização e a perpetuação dos abusos.

Nesse contexto, o mal cometido por João de Deus pode ser interpretado como algo “banal” e “naturalizado”, uma vez que ele não se

enxergava como responsável pelas atrocidades que cometia, mas como alguém que, em nome de um propósito maior, se sentia legitimado a perpetuar abusos (Alves, 2024; Alves; Rezende; Pereira, 2025). Essa desconexão entre suas ações e a reflexão sobre suas consequências reforça a compreensão do mal como algo banal, desprovido de uma análise ética mais profunda, como Arendt descreveu no caso de Eichmann. Assim, o abuso de poder cometido por João de Deus se revela como uma manifestação de uma maldade disfarçada de benevolência, na qual o perpetrador se perde na justificativa de sua própria visão distorcida de sua missão, sem a devida consciência da dor e destruição que causa.

Ao agir sem refletir criticamente sobre suas ações, João de Deus exemplifica como, em certos contextos, o mal pode ser cometido por indivíduos(as) que, à primeira vista, seriam os(as) menos esperados para tais comportamentos. Muitas vezes, esses indivíduos se percebem acima das críticas e justificam suas atitudes como sendo em prol de um “bem maior”. No entanto, essa percepção não isenta João de Deus da responsabilidade por seus atos. O mal, nesse caso, se manifesta de forma insidiosa, enquanto o perpetrador se distancia da realidade do sofrimento que causa, frequentemente devido à desumanização das vítimas ou à crença em sua própria impunidade (Alves, 2024; Alves; Rezende; Pereira, 2025).

O mal não se apresenta apenas de forma explícita e brutal, mas pode se camuflar, tornando-se banal, à medida que o agressor perde a capacidade de se conectar com as consequências de suas ações e com a humanidade daqueles que prejudica. Essa desconexão reflete o que Hannah Arendt (1999) descreveu como a *banalidade do mal*, em que o agressor, ao agir sem reflexão, não se vê como alguém responsável pelo mal que cria. Isso reforça a ideia de que a falta de reflexão e a naturalização do mal podem gerar ciclos de abuso difíceis de serem interrompidos, pois o agressor se vê como justificado em suas ações, muitas vezes em nome de um propósito maior, distorcendo sua percepção da realidade e da moralidade.

Este fenômeno, portanto, mostra como a violência pode ser disfarçada em boas intenções ou em uma missão elevada, sendo desconsiderada a dor causada a outrem. O ciclo de abuso se torna ainda mais difícil de quebrar quando o agressor, e até a sociedade ao redor, negligência a reflexão crítica sobre as consequências de suas ações, perpetuando uma cultura de impunidade e silêncio.

No campo da *microfísica do poder*, conceito desenvolvido por Michel Foucault (1979), o caso de João de Deus ilustra de maneira vívida como o poder pode ser exercido de formas sutis e muitas vezes “invisíveis”. Foucault argumenta que o poder não reside apenas nas grandes autoridades ou instituições visíveis, mas também se manifesta nas práticas cotidianas, nos gestos aparentemente insignificantes, nas relações interpessoais e, particularmente, nos sistemas de crenças que orientam a vida social. Ao explorar sua posição de liderança espiritual, João de Deus manipula e controla suas vítimas por meio de práticas que, à primeira vista, parecem “normais” em um sistema de crenças que legitima sua autoridade.

Esse modelo de poder, como descrito por Foucault (1979), não é algo visível ou explícito; ao contrário, ele se internaliza, sendo aceito e seguido pelos indivíduos sem que eles questionem ou percebam sua presença. No caso de João de Deus, tanto a comunidade de Abadiânia quanto as vítimas estavam inseridas em um sistema de crenças que validava suas práticas, criando um ambiente onde o abuso de poder se torna ainda mais perverso. O poder, portanto, não é imposto de maneira brutal, mas se infiltra nas estruturas sociais e cotidianas de tal forma que é aceito sem reflexão ou crítica. Isso é o que Foucault define como a *microfísica do poder*: um poder que se insinua e se espalha pelas pequenas ações diárias, tornando-se parte do funcionamento normal da sociedade.

Nesse sentido, tal internalização do poder faz com que os indivíduos, muitas vezes sem perceber, sejam conduzidos(as) e manipulados(as) por ele, reproduzindo suas dinâmicas sem questionar. No caso de João de Deus, sua autoridade espiritual se tornava uma ferramenta de controle que, mesmo quando colocada à prova, não era questionada, seja pela comunidade ao seu redor, que temia desafiar sua influência, seja pelas vítimas que viam suas ações como parte de um processo de cura ou salvação.

Sendo assim, Foucault destaca que as relações de poder estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais e cotidianas, tornando o poder não uma imposição direta, mas algo aceito sem questionamento, como evidenciado pela atuação de João de Deus e a passividade com que sua comunidade e as vítimas lidaram com os abusos (Foucault, 1979).

Nesse sentido, Foucault (1979) argumenta que o poder moderno não se exerce apenas de maneira repressiva ou explícita, mas se distribui de forma difusa e disciplinar, permeando as relações cotidianas. João de Deus, como uma figura de autoridade espiritual, construiu um regime de poder sobre seus(as) seguidores(as), mas esse poder não era imediatamente visível. Os cidadãos o viam como um “homem bom”, investido de autoridade moral e, acima de tudo, espiritual. Esse poder não se manifestava de maneira direta, mas se enraizava nas práticas cotidianas das interações entre João de Deus e seus milhares de seguidores(as) fiéis, criando um ambiente onde seus abusos se tornavam difíceis de questionar (Foucault, 1979).

A hierarquia e a confiança depositada em sua autoridade espiritual tornaram-se mecanismos de controle que operavam não apenas como formas de manipulação, mas também como dispositivos internos, ocultos, que impediam as vítimas de reagir ou até mesmo de reconhecer o abuso. Em um sistema de crenças que validava sua posição e seus atos, o poder se tornava uma força disciplinar invisível, internalizada pelos indivíduos, que passavam a aceitar as normas e comportamentos sem questionamento. As vítimas, muitas vezes, estavam imersas em um ambiente onde a subordinação ao poder de João de Deus era vista como parte de um processo de cura ou salvação, o que dificultava ainda mais a percepção do abuso e a reação contra ele.

À vista disso, o poder de João de Deus não se limitava apenas a imposições físicas ou explícitas, mas se configurava de maneira difusa, movimentando crenças, tradições e hierarquias culturais para legitimar

seus atos. A construção discursiva de João de Deus como “curador espiritual” moldava as percepções das pessoas, criando uma rede de expectativas e fé que facilitava sua manipulação (Signates, 2023; Felitti, 2020).

Esse discurso de autoridade espiritual era uma ferramenta poderosa, capaz de fortalecer a confiança incondicional dos(as) seguidores(as) em sua liderança, além de obscurecer qualquer questionamento sobre sua moralidade ou ações. Ao se apresentar como um intermediário entre os pacientes e entidades espirituais, João de Deus estabelecia uma conexão quase inquebrável com seus seguidores(as), que, na busca por cura, passavam a ver nele uma figura quase divina, acima de qualquer reprovação.

Quando esse mecanismo de autoridade se cruza com as desigualdades de gênero, o risco de exploração se intensifica. Em uma sociedade ainda marcada pela construção histórica da mulher como sujeito vulnerável, emotivo e dependente, a figura do médium se posicionava como um “salvador” capaz de oferecer não apenas cura física, mas também amparo emocional e espiritual. Esse quadro reforça uma ordem patriarcal na qual corpos femininos e vulneráveis são mais facilmente submetidos à dominação, ao mesmo tempo em que a palavra da mulher é frequentemente desacreditada ou tratada como exagero. Assim, o abuso se torna ainda mais invisível, pois se dá em um terreno em que a submissão e a confiança são culturalmente incentivadas, e o questionamento moral da autoridade masculina é socialmente desautorizado.

A manipulação das crenças, portanto, não se restringia a um controle imediato e visível, mas se inscrevia em um sistema simbólico de poder, em que as hierarquias espirituais, culturais e até sociais se entrelaçavam para justificar práticas abusivas. A fé e a esperança das vítimas foram, assim, utilizadas para camuflar os abusos cometidos, criando um ambiente onde os próprios limites de consentimento e dignidade foram transpostos sem que, inicialmente, as vítimas conseguissem perceber o mal que estavam sofrendo. Esse fenômeno revela como o poder pode se estruturar não apenas por meio de ações tangíveis e visíveis, mas também por discursos e práticas que se infiltram nas crenças mais profundas das pessoas, tornando-se quase invisíveis.

A microfísica do poder se estendia também às instituições e aos(as) indivíduos(as) ao redor de João de Deus, responsáveis pela gestão de sua casa espiritual e pelas práticas que ali se desenvolviam. Embora alguns desses indivíduos não tivessem envolvimento direto nos abusos, suas ações contribuíam para a criação de um ambiente de reverência e silêncio em torno do médium, silenciando questionamentos e alimentando uma atmosfera de legitimidade. Esse contexto dificultava o questionamento e a denúncia dos abusos, mantendo uma aura de impenetrabilidade ao redor de suas práticas (Signates, 2023).

Outro fator relevante associado a João de Deus é sua liderança carismática, fundamentada em um relacionamento de dominação simbólica. O médium, que pode ser considerado um líder religioso carismático, conquistou a confiança e a devoção de seus fiéis por meio de seu carisma, de maneira semelhante a outros líderes carismáticos, como Jim Jones,

nos Estados Unidos. Segundo Weber (1999), em *Dominação Carismática*, o carisma não se origina apenas nas qualidades pessoais do líder, mas também na forma como ele é reconhecido e aceito pelos(as) seguidores(as), criando uma teia de dominação simbólica sustentada pela fé e pela crença em sua autoridade espiritual.

Assim, essa rede de controle se torna evidente ao analisarmos como João de Deus manipulava e direcionava a fé e as crenças de seus(as) seguidores(as), que, movidos por uma confiança cega, o viam como uma entidade divina capaz de lhes conferir salvação. A comunidade ao seu redor, bem como seus(as) subordinados(as), desempenhou papéis cruciais na construção de sua imagem como líder carismático, elevando-o ao *status* de herói e concedendo-lhe um poder absoluto e irrestrito sobre todos.

Portanto, observa-se que essa dominação carismática não se sustenta apenas nas características do líder religioso, mas também nas dinâmicas sociais e nos(as) indivíduos(as) que o cercam, especialmente na relação de reconhecimento e subordinação estabelecida pelos(as) seguidores(as). Essa interação entre poder e carisma pode, assim, resultar em desdobramentos de abuso e diversas formas de violência, em que a influência do líder sobre os fiéis se consolida a ponto de criar um círculo vicioso de controle, manipulação e sofrimento (Weber, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, evidenciamos que o caso de João de Deus revelou uma complexa rede de manipulação espiritual e abuso de poder, refletindo questões éticas, sociais e psicológicas profundas. Enquanto “curador espiritual” e líder religioso, aclamado por milhares de seguidores(as) ao longo dos anos, ele expõe um paradoxo alarmante: como alguém que se apresenta como salvador pode, na realidade, se tornar um perpetrador de crimes sexuais e outras formas de exploração? Assim, este estudo destaca não apenas a vulnerabilidade das vítimas, mas também as falhas nas estruturas sociais e nos sistemas de crença que permitiram a perpetuação desses abusos.

À luz das abordagens de Hannah Arendt (1999) e Michel Foucault (1979), foi possível compreender de maneira profunda as dinâmicas de poder e abuso presentes em contextos de manipulação espiritual e autoritarismo. A partir do conceito de *banalidade do mal*, evidenciou-se como a normalização do abuso pode ocorrer em um sistema de crenças, no qual a autoridade do líder é tão predominante que as vítimas não questionam suas práticas. Simultaneamente, o conceito de *microfísica do poder* permitiu entender como esse controle é exercido de forma invisível, por meio da internalização das normas e, sobretudo, pela confiança cega dos seguidores(as).

Diante deste estudo, torna-se evidente que o caso de João de Deus não representa um fenômeno isolado, mas está inserido em um padrão mais amplo de abuso de poder, no qual tanto a sociedade quanto as vítimas, em muitos casos, são incapazes de identificar o mal devido à naturalização da autoridade. Assim, a análise dessas relações desperta reflexões cruciais sobre a necessidade de uma postura crítica em contextos de relações assimétricas de poder, especialmente no âmbito

religioso ou espiritual, em que a confiança desempenha um papel central. A compreensão dessas dinâmicas de poder é essencial para evitar a perpetuação de abusos semelhantes e para promover uma cultura de questionamento e resistência frente à autoridade manipuladora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luís Fernando de Souza. **“Posseiro bom é posseiro morto”**: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

ALVES, Luís Fernando de Souza; PEREIRA JR., Isaias Lobão; ATHAYDE, André Luiz Mendes. Pequenas igrejas, grandes negócios: ideias sobre as ideias do neopentecostalismo. **Revista Teológica Jonathan Edwards**, v. 4, p. 151-169, 2024.

Alves, Luís Fernando de; Rezende, Luiz Paulo Fontes de; Pereira, Laurindo Mekie. “The dictatorship only caught those who were vagabonds”: the fruits of the 1964 coup on peasants in Northern Minas Gerais. **Revista de História Regional**, v. 30, p. 1-32, 2025.

ASSY, Bethânia. Eichmann, banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo J.; BIGNOTTO, Newton (org.). **Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 136-165.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. **Entre a demonização e a romantização: a construção jornalística de Suzane von Richthofen na Folha de São Paulo e no Correio Braziliense (2002-2006)**. 2025. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em História, Montes Claros, 2025.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo *et al.* Quando a Fé Cega: A Banalidade do Mal e a Dominação Carismática no Caso de João de “Deus”. In: SANTOS, Ednan Galvão; GALVÃO, Karine Chaves Pereira (Org.). **Ciências humanas e sociedade: estudos interdisciplinares**. Ponta Grossa: Aya, 2024. p. 124-133.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. Suzane Von Richthofen: cruelmente “interessada, inteligente e aplicada”. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 27, p. 219-236, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/80933>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CAETANO, Daisy Luzia do Nascimento Silva; MOTA, Laissa Conceição; LIMA, Angelita Pereira de. Pela vida das mulheres, contra João “de Deus”. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais** (2238-3565), v. 10, n. 3, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/12411>. Acesso em: 24 mar. 2025.

FELITTI, Chico. **A casa: a história da Seita de João de Deus**. São Paulo: Todavia, 2020.

FIBE, Cristina. **João de Deus: o abuso de fé**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GLOBO. João de Deus: veja repercussão na imprensa internacional. **G1. Globo**. 17 dezembro 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/17/joao-de-deus-veja-repercussao-na-imprensa-internacional.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2025.

GÓIS, Aurino José. A racionalização da fé e o esvaziamento da categoria deus: o campo epistemológico da relação religião e ciência e a existência de deus subjacente nesse diálogo. **Perspectiva Teológica**, v. 56, n. 3, p. 757-782, set. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pteo/a/d5wgHPCmpVqWqNCTWKPZSfK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2025.

HANNAH, Arendt. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JOÃO DE DEUS: cura e crime. Direção: Maurício Dias e Tatiana Villela. Produção: **Netflix**. Brasil, 2021. Série documental (4 episódios).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARAIVA, Aléxia Silva. **“Não é de Deus”**: uma análise do feminismo nas conversações cotidianas sobre o caso João de Deus. 163. f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

SIGNATES, Nayane Ferreira Silva. **Religião, direito e comunicação: a comoção religiosa no caso João de Deus**. 2023. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Marcos Vinicius Meigre e. Estratégias de ficcionalização do real: o caso João de Deus pelas lentes da narrativa ficcional seriada. **Novos Olhares**, v. 13, n. 1, p. 70-83, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/226032>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, Marcos Vinicius Meigre e. Estratégias de ficcionalização do real: o caso João de Deus pelas lentes da narrativa ficcional seriada. **Novos**

Olhares, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 1, p. 70-83, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/226032>. Acesso em: 1 jan. 2025.

SILVA, Marcos Vinicius Meigre e; ARANTES, Livia Maia Caldeira. O João de Deus do streaming: narrativas de uma celebridade religiosa em séries documentais da Globoplay e da Netflix. **Líbero**, n. 51, p. 203-223, 2022. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1738>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SILVA, Marcos, Vinicius Meigre e. A composição televisual de um melodrama: o caso João de Deus na ótica do telejornalismo. **Mediação**, v. 22, n. 30, p. 114-130, 2020. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/7730>. Acesso em: 25 mar. 2025.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

Contato dos autores/as:

autor: Lucas Matheus Araújo Bicalho
e-mail: bicalholucas7@gmail.com

autora: Stefany Reis Marquioli
e-mail: stefanymarquioli@gmail.com

autor: Luís Fernando de Souza Alves
e-mail: luisf3@gmail.com

autor: Guilherme Carvalho Vieira
e-mail: guilherme.vieira@ufvjm.edu.br

autora: Ioli Ferreira Santiago
e-mail: iolimfs@gmail.com

Manuscrito aprovado para publicação em: 17/01/2026.